



## PROCESSO TC Nº 17019/20

**Órgão/Entidade:** Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Caaporã - IPSEC

**Objeto:** Aposentadoria

**Responsável(eis):** Wilton Alencar Santos de Souza (ex-gestor) e Ruan Oliveira de Araujo (gestor)

**Aposentando:** Niedja Rodrigues de Sousa

**Relator:** Conselheiro em Exercício Oscar Mamede Santiago Melo

**EMENTA:** PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchidos os requisitos constitucionais e legais para aprovação do feito. Legalidade. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

## ACÓRDÃO AC2 TC 01544/22

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, referentes à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do(a) Sr(a). Niedja Rodrigues de Sousa, matrícula nº 1082, que ocupava o cargo de Professora no(a) Secretaria de Educação do Município de Caaporã, com fundamento no art. 6, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o §5º do art. 40 da Constituição Federal de 1988, e o art. 2º da EC 47/2005, bem como, o art. 35-A, I, II, III e IV, e o §1º do art. 20 da Lei Municipal nº 427/2002, acrescentados pelos arts. 3º e 1º da Lei Municipal nº 515/2006, ACORDAM os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA DELIBERATIVA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do Relator, em:

- I. JULGAR LEGAL e CONCEDER REGISTRO ao referido ato de aposentadoria; e
- II. DETERMINAR o arquivamento dos autos.

Publique-se e registre-se.  
Plenário Min. João Agripino Sessão Presencial/Remota da 2ª Câmara do TCE/PB  
João Pessoa, 12/07/2022



## PROCESSO TC Nº 17019/20

### RELATÓRIO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO: Tratam os presentes autos da análise da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do(a) Sr(a). Niedja Rodrigues de Sousa, matrícula nº 1082, que ocupava o cargo de Professora no(a) Secretaria de Educação do Município de Caaporã, com fundamento no art. 6, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o §5º do art. 40 da Constituição Federal de 1988, e o art. 2º da EC 47/2005, bem como, o art. 35-A, I, II, III e IV, e o §1º do art. 20 da Lei Municipal nº 427/2002, acrescentados pelos arts. 3º e 1º da Lei Municipal nº 515/2006.

A Auditoria deste Tribunal, após análise dos argumentos defensivos e das peças encaminhadas, entendeu solucionada a falha apontada no relatório inicial, relativa à incorreção na fundamentação da aposentadoria, concluindo, assim, que o ato aposentatório foi firmado por autoridade competente e obedeceu, na sua formação, às normas legais que regem a espécie e que o cálculo dos proventos foi efetuado em consonância com as normas pertinentes.

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não tramitou pelo Ministério Público para a emissão de parecer escrito.

É o relatório.

### VOTO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO: A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual nº 18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de aposentadorias.

Do exame realizado, conclui-se que o ato concessivo foi expedido por autoridade competente, em favor de servidor(a) legalmente habilitado(a) ao benefício, estando correta a sua fundamentação, a comprovação do tempo de serviço e o cálculo dos proventos.

Ante o exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA DELIBERATIVA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA julgue legal o supracitado ato de aposentadoria, conceda-lhe o competente registro e determine o arquivamento dos autos.

É o voto.

Assinado 12 de Julho de 2022 às 18:09



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
PRESIDENTE

Assinado 12 de Julho de 2022 às 11:39



**Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago  
Melo**  
RELATOR

Assinado 13 de Julho de 2022 às 09:14



**Manoel Antônio dos Santos Neto**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO